

MARCHA DAS MARGARIDAS: TRABALHADORAS RURAIS EM LUTA

Dayana Sérgia da Silva Oliveira¹

Larissa Vitória Gabriel Gomes²

Jesana Batista Pereira³

Psicologia



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de refletir sobre as condições dos trabalhadores rurais, principalmente das trabalhadoras rurais e de como lutam pela garantia de seus direitos, tendo como uma personagem principal da luta Margarida Maria Alves. O problema proposto é verificar de que maneira a exclusão social e a desigualdade social afeta a realidade social das trabalhadoras rurais. Sobre a metodologia, a pesquisa se classifica descritiva e bibliográfica baseada num estudo crítico que articula a realidade social com embasamento teórico. Pela apresentação e análise dos fatos, a pesquisa possibilitou distinguir os reflexos da luta de Margarida Maria Alves, símbolo da Marcha das Margaridas, para a consolidação do movimento social e ampliação das garantias e direitos das trabalhadoras rurais.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos. Trabalhadoras Rurais. Exclusão Social.

ABSTRACT

This work was prepared with the aim to reflect on the conditions of farm workers, mostly rural workers and how the same fight for the guarantee of their rights, having as a main character of Margarida Maria Alves fight. The problem proposed is to check how social exclusion and social inequality affects the social reality of rural workers.

About the research methodology descriptive and bibliographical ranks based on a critical study that articulates the social reality with theoretical basis. For the presentation and analysis of the facts, the research made it possible to distinguish the reflexes of the struggle of Margarida Maria Alves, symbol of the March of Daisies, for the consolidation of the social movement and the extension of the guarantees and rights of rural workers.

KEYWORDS

Rights, rural workers, social exclusion.

1 INTRODUÇÃO

Um aspecto considerado extremamente relevante para a consolidação de uma agenda política é a ação dos sujeitos da sociedade civil. Sabemos que os movimentos sociais, criam, recriam e garantem a construção de uma ideia e uma prática cidadã em prol do bem comum. É um legítimo espaço para a sociedade civil organizada cumprir sua função de controle social das distintas políticas públicas. Os reflexos dos movimentos sociais são uma sociedade organizada, que promove reivindicações e denúncia ao Estado para que se consiga melhorar a vida em coletividade.

Neste âmbito, a Marcha das Margaridas constituiu-se em uma ação estratégica das trabalhadoras rurais que acontece desde 2000, visando garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas.

Margarida Maria Alves (1943-1983) é o grande símbolo da Marcha das Margaridas. Como dirigente sindical é o símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Rompeu com padrões tradicionais de gênero ao ocupar, por 12 anos, a presidência do Sindicato Rural de Alagoa Grande (PB). A sua trajetória sindical foi marcada pela luta contra o analfabetismo, as injustiças e a exploração e pela reforma agrária.

A condição do trabalhador rural no Brasil remonta inicialmente ao chamado camponês, termo difundido no Brasil dos anos 1950, principalmente pela via política por meio das Ligas Camponesas, não sendo assalariado, nem sendo proprietário de terras, fazendo parte de outra categoria social. Esse sujeito social era visto apenas pelo seu papel econômico, como uma atividade e não por suas relações e interações sociais. Com o passar do tempo, foi-se transformando as relações de trabalho no meio rural, surgindo a figura do trabalhador rural remunerado, chegando ao formato que conhecemos hoje.

A intensão aqui é abordar questões pertinentes à inserção da mulher, trabalhadora rural, no âmbito da política, mostrando as conquistas que se desdobraram no

cenário político, no qual as mulheres foram e são protagonistas, para destacar de que modo ocorre a luta das trabalhadoras rurais.

2 SISTEMA POLÍTICO DO BRASIL

No Brasil, a desigualdade social e a exclusão estão presentes na vida do trabalhador urbano e rural, porém, são mais potencializadas no cotidiano dos trabalhadores rurais que fazem parte de um grupo social marginalizados pelo capital que determina o mercado como única alternativa e, dessa forma, faz com que esses grupos sejam vistos como arcaicos. Diante disso o meio rural foi historicamente ignorado no que concerne à política de educação no campo (MENESES; GAMA, 2013)

A república velha, período que irá de 1889 a 1930, se iniciou com a proclamação da república, o país começa a ser comandado pela democracia, caracterizando o fim do trabalho escravo e a instituição do trabalho assalariado. (SANTOS, 2012)

O Brasil estava deixando de ser um país cujo sistema político era baseado em “trocas de favores” entre o governo central e os poderes locais, o coronelismo. Os trabalhadores rurais desprovidos de qualquer estrutura que lhes desse a oportunidade de mudança de vida, eram dependentes do coronel e uma grande maioria era analfabeta, sem assistência médica e sem autonomia. Refletiam a imagem do coronel como benfeitor que fazia favores para os mesmos. Período este marcado pelo fim da república velha, concedendo a Getúlio Vargas seu primeiro mandato como presidente do Brasil (SANTANA; FERRARI; COSTA, 2010).

Vargas promulgou a constituição de 1937 em um regime centralizado. O Brasil estava se modificando para se ajustar às necessidades econômicas e sociais da época, que seria as expansões de atividades urbanas e o eixo da economia é deslocado da agricultura para a indústria. No mandato de Vargas emergiu alguns direitos sociais trabalhistas, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a consolidação das Leis do Trabalho em 1943 em que os trabalhadores urbanos passaram a ter direitos que garantiam melhores condições de trabalho. (SANTANA; FERRARI; COSTA, 2010).

Contudo, tais direitos não alcançaram os trabalhadores do campo, que sempre foram marginalizados no que diz respeito dos seus direitos como cidadão e trabalhador, pois neste momento a economia girava em torno da indústria e não mais da agricultura.

3 MARCHA DAS MARGARIDAS: MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS RURAIS

3.1 MARGARIDA SÍMBOLO DE LUTA

A partir de 1964, durante o período em que Margarida Maria Alves estava à frente do sindicato dos trabalhadores rurais, o Brasil passava por várias lutas entre as classes sociais e vivia o regime militar que foi até 1985. No que se refere aos direitos sociais houve uma sensível melhora na época dos militares, pois foram criados o

Instituto Nacional da Previdência (INPS), o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social. Mas ainda assim o cenário dos trabalhadores e principalmente os rurais era consideravelmente marginalizado (SANTANA; FERRARI; COSTA, 2010).

Os trabalhadores rurais se organizaram, fazendo greves e reivindicações que contribuíram para o avanço do processo de democratização. Diante desse contexto, Margarida Maria Alves não se delimitava a uma jornada de trabalho no campo; era mãe, esposa, dona de casa e líder sindical. Ela era negra e nasceu em cinco de agosto de 1933, em Alagoa Grande-PB, sendo a caçula em uma família de nove irmãos, casada com Severino Casimiro Alves e tinha um filho.

Margarida foi uma ativista e sindicalista brasileira, promoveu mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região, além de conquistar o 13º salário e férias para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de sua cidade e também foi a fundadora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Sua atuação como presidente do sindicato se deu no período da ditadura militar. Durante sua atuação no sindicato, entrou em conflito com senhores de engenhos de açúcar da região.

A luta de Margarida Alves estava baseada na luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais que, na época, passavam por várias privações. Seus direitos eram bem restritos e os abusos eram recorrentes, suas ações geravam repercussões. Por causa disso, Margarida Alves passou a receber diversas ameaças. (SANTANA; FERRARI; COSTA, 2010).

Apesar das ameaças, Margarida Alves não se intimidava, informou que estava recebendo ameaças, não teve medo de falar em público sobre essa questão. Ela participou de um evento público, no qual informou das ameaças que vinha recebendo. Em seu último discurso, denunciou as ameaças que vinha sofrendo e disse uma frase que ficou marcada, representando a força e a luta dessa grande mulher: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome” (MENEZES; GAMA, 2013).

O êxodo rural de várias famílias em busca de melhores condições de vida trouxe consequências para o país. Levou a concentração de terras e rendas às mãos de poucos, ao desemprego e a uma concentração urbana sem planejamento, associados à violência e marginalização urbana. O tipo de agricultura priorizado pelas políticas do Estado agora era a monocultura exportadora para atender ao mercado global.

Esses agricultores seriam levados ao desaparecimento ou ao aprimoramento de suas técnicas, visando se inserir no novo tipo de agricultura para sobreviver. Margarida sempre se preocupou com a educação do trabalhador rural, ajudou a fundar o “Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural”, sendo diretora, de 1981 a 1983. O Centro de Educação tem o intuito de contribuir também com “um modelo de desenvolvimento rural e urbano sustentável, a partir do fortalecimento da agricultura familiar” (SANTANA; FERRARI; COSTA, 2010, p. 23).

Por estar contra os interesses dos fazendeiros da região e lutar por justiça aos trabalhadores rurais, Margarida Alves foi assassinada em 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel. Sua morte foi presenciada por seu marido e filho em frente à sua

casa. O crime foi considerado político, comovendo não só a opinião pública local e estadual, mas a nacional e internacional, teve ampla repercussão em organismos políticos de defesa dos direitos humanos. Margarida se tornou um símbolo das lutas de mulheres no campo (SANTANA; FERRARI; COSTA, 2010).

No dia 8 de julho de 1994, foi criada uma entidade juridicamente autônoma pelo arcebispo da Paraíba D. José Maria Pires, em homenagem a líder sindical Margarida Maria Alves. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos passou a se chamar Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. A Fundação Margarida Maria Alves é uma entidade da sociedade civil, que visa e busca impedir ações de desrespeito aos Direitos Humanos, promovendo o acesso das populações carentes à justiça e também descomplicar sua compreensão em relação à legislação (SANTANA; FERRARI; COSTA, 2010).

3.2 A LUTA DAS TRABALHADORAS RURAIS

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais no cenário nacional é relativamente recente, o marco histórico acontece a partir da década de 1980, conhecida como a década da mulher. Um dos eventos aconteceu em 1982, no Rio Grande do Sul que foi o 1º Congresso da Mulher Camponesa e em 1983 o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras Rurais e em 1985 a 1ª Estadual de Trabalhadoras Rurais com a participação de mais de 10 mil mulheres. Na região do Nordeste do Brasil foram realizados dois grandes eventos no Estado de Pernambuco que foi: em 1984 o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central do Estado e em 1986 o 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais da Paraíba (MENEZES; GAMA, 2013).

Essas ações regionais foram importantes para a criação de dois grandes movimentos: Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) fundado em 1986 e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) fundado em 1989. Na Constituição da República de 1988, as mulheres rurais conquistaram a menção explícita ao direito das mulheres a terra, a inclusão como beneficiária da previdência social, com direito a aposentadoria, a licença-saúde e a licença-maternidade (MENEZES; GAMA 2013).

No início dos anos 2000 as agricultoras apareceram publicamente como produtoras rurais propriamente ditas, solicitando do Estado e da sociedade um tratamento diferenciado. De acordo com Menezes e Gama (2013) é nesse momento que surge a Marcha das Margaridas que se realizou no ano de 2000 junto com a Marcha Mundial das Mulheres que marcharam até a capital do país. E para a marcha das trabalhadoras rurais ser diferenciada da outra marcha foi colocado o nome da trabalhadora rural Margarida Alves, uma homenagem e ao mesmo tempo uma denúncia, pois havia se passado 17 anos do seu falecimento e os mandantes do crime se encontravam impune. Esta primeira marcha foi realizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e teve um forte caráter de denúncia do projeto neoliberal.

Em 2003 aconteceu novamente a Marcha das Margaridas com a participação de 50 mil mulheres e em 2007 houve a participação de 30 mil mulheres e em 2011 houve

a participação de 70 mil mulheres. Santana, Ferrari e Costa vão ressaltar que “a Marcha das Margaridas é um movimento para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil com igualdade de gênero” (2013, p. 5).

As Marchas têm revelado grande capacidade de mobilização. Tem caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de diálogo e negociação política com o Estado. Seus principais objetivos políticos são:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;
- Contribuir para a democratização das relações no MSTTR, com a superação das desigualdades de gênero;
- Atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de desenvolvimento rural;
- Denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres;
- Propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta. (FORO, 2011, p. 7)

4 CONCLUSÃO

A Marcha das Margaridas representa um desejo de mudança da condição das trabalhadoras rurais no Brasil. É um processo de luta por direitos sociais trabalhistas e continua sendo uma luta ativa, pois em muitos espaços ocorre a violência, o desrespeito e a violação de direitos dessas mulheres trabalhadoras rurais. Uma luta também por respeito e tolerância entre diversos setores da sociedade.

Tonet (2012) explicita claramente que é preciso que ocorra a politização e um esclarecimento sobre os verdadeiros problemas sociais dentro da ordem vigente. Sem uma consciência política formada e uma organização de classe, os trabalhadores não alcançarão a superação desse modo de produção cheio de antagonismos. É preciso elaborar objetivos, sem se limitar em conquistar apenas reformas no interior do próprio capitalismo, portanto é preciso ter um entendimento e um conhecimento ideológico e político, para uma melhor compreensão crítica da complexidade social.

De acordo com Tonet (2012), só quando o capitalismo for arrancado na sua base, é que o modo de produção capitalista será erradicado e a regência do processo de produção estará nas mãos dos próprios homens e mulheres. Mas para se chegar numa nova sociedade, sem a lógica da propriedade privada, do Estado, do casamento monogâmico, da exploração do homem pelo homem e da divisão de classes, será preciso um lon-

go processo de reconstrução ideológica para que os homens aprendam e recriem uma consciência crítica da realidade social em sua totalidade.

As mudanças reivindicadas pela Marcha das Margaridas foram de melhorias para reformas dentro do sistema capitalista, apesar de conseguirem conquistar alguns direitos e benefícios não possuem a visão de ruptura com a ordem vigente do capital, portanto, percebe-se que as grandes massas das manifestantes não tem uma consciência revolucionária para lutar e conquistar uma mudança estrutural na sociedade, para ir além desse modo de produção que explora, humilha e marginaliza a classe trabalhadora.

SOBRE O TRABALHO

Artigo desenvolvido no âmbito de atividade de pesquisa requerida na disciplina Realidade Socioeconômica e Política Regional ofertada no Curso de Comunicação Social no terceiro período.

Orientadora Profa. Dra. Jesana Batista Pereira. Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas- UNIT/AL. jesanabatista@uol.com.br

REFERÊNCIAS

MENESES, Elisangela F.; GAMA, Andrea N. A busca pela visibilidade: a marcha das margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. Trabalho apresentado no **V colóquio Nacional do NEER**, 2013.

SANTANA, Irani; FERRARI, Milena; COSTA, Rayane. Margarida Alves: uma mártir camponesa. Trabalho publicado no **IV fórum de Educação e Diversidade**, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

TONET, Ivo. **Sobre o socialismo**. 2.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

FORO, Carmem H. **Marcha das Margaridas 2011**: Caderno de Textos para Estudos e Debates. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 2011.

Data do recebimento: 6 de setembro de 2017

Data da avaliação: 20 de setembro de 2017

Data de aceite: 3 de Outubro de 2017

1 Bacharel em Serviço Social no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: dayana_sergia@hotmail.com

2 Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: larissa.v.g.g@hotmail.com

3 Doutora em Antropologia; Professora do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: jesanabatista@uol.com.br